

Unidade 3

Sensibilização e Mobilização



3.1 Introdução

Dando sequência aos temas fundamentais na metodologia proposta para a elaboração dos planos estaduais de cultura, nesta unidade trataremos dos seguintes temas:

- Sensibilização – etapa inicial do planejamento
- O que se entende por sensibilização
- Porque e quando sensibilizar
- Objetivos e Estratégias de Sensibilização
 - Divulgação do processo de elaboração do Plano
 - Identificação e articulação de parceiros territoriais representativos e instituições estaduais e federais que apoiem o processo
 - Sensibilizar e comprometer a sociedade política e a civil para participar das atividades a partir de oficinas realizadas em cada região
- Sensibilizar para uma participação de qualidade
- O Papel do Facilitador em Processos de Desenvolvimento Social
 - Quem são os facilitadores
 - Onde atuam os facilitadores

3.2 Sensibilização - etapa inicial do planejamento

A primeira iniciativa que deve ser tomada para a implementação do processo de construção do Plano Estadual de Cultura é a etapa de sensibilização e mobilização dos atores sociais e a articulação de parceiros. Essa fase é fundamental para viabilizar a construção de um plano de cultura bem elaborado e participativo. É por meio dela que busca-se sensibilizar e comprometer os atores sociais pelo estabelecimento de parcerias e pela atuação destes nos espaços de governança criados.



3.2.1 O que se entende por sensibilização

Sensibilizar significa ir além de apenas transmitir uma ideia, é levar as pessoas à reflexão, fazer com que sintam necessidade de mudança. Nessa perspectiva, o objetivo da fase de sensibilização é **sensibilizar e mobilizar a atores sociais e articular parceiros**, incentivando-os a participar do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

O elemento conceitual importante, nesse ponto, é a **valorização dos territórios** como espaço de geração de oportunidades para a consolidação dos objetivos daqueles que atuam no setor cultural.

Dica

Para a formação de um território a partir de variáveis culturais, é fundamental que haja o envolvimento dos atores sociais e que estes reflitam sobre sua realidade, definindo as prioridades de desenvolvimento.



3.2.2 Por que e quando sensibilizar?

No campo social, sobretudo quando falamos de um assunto de interesse público, como é o caso da cultura, fica evidente a necessidade de sensibilização, afinal, a cultura é uma dimensão inerente à atividade humana e à vida em sociedade. Desse modo, considerando a eminência da elaboração de um Plano Estadual de Cultura, a sociedade necessita receber as informações plenamente para, assim, sentir-se incluída.

Porém, informação apenas não basta para a construção de um plano de cultura legítimo, que represente os anseios e as expectativas do universo cultural do Estado. Para isso, precisamos envolver as pessoas e também as organizações. E o ponto de partida para tudo isso está relacionado à capacidade dos gestores do processo de planejamento de sensibilizar e de mobilizar as pessoas.

É essencial que a sensibilização seja uma fase cumprida com esmero, pois podemos notar que não haverá uma gama significativa de atores envolvidos se as pessoas não se sentirem orientadas a refletir sobre o tema e a se engajar na alteração da realidade presente.

Note que sensibilizar é a premissa para a construção do Plano Estadual de Cultura de forma participativa.

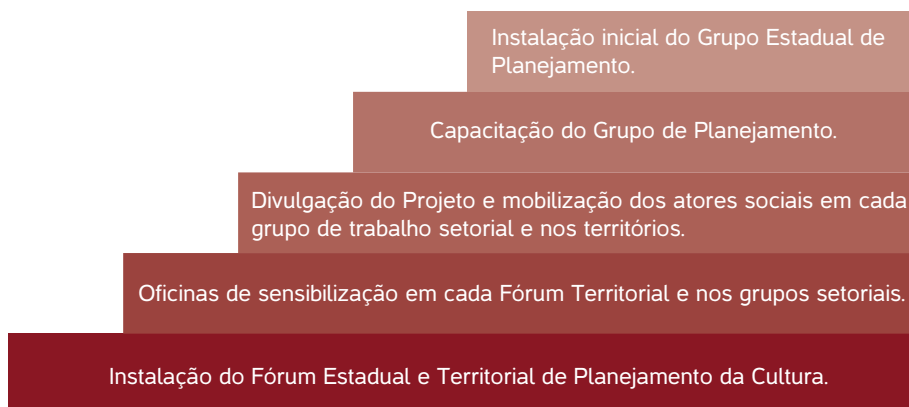


O esforço da sensibilização deve se constituir no primeiro momento estratégico em que elabora-se a implementação do processo de construção do Plano Estadual de Cultura. Logo após a consolidação da equipe de facilitadores e de algumas reuniões para a organização do trabalho, já é possível iniciar a construção de um plano de ação, no qual serão programadas as atividades de sensibilização como a primeira fase do processo.

3.2.3 Objetivos e estratégias de sensibilização

O alcance dos objetivos da sensibilização pressupõe a realização de algumas atividades que contribuirão para qualificar o processo de planejamento. As atividades podem ser distribuídas em etapas conjugadas ou individuais, dentro de um cronograma. Observe as suas etapas a seguir:

Figura 7: Etapas do processo de sensibilização



Além do cronograma, podemos observar os objetivos específicos desta fase, que estão indicados na Figura 8.

Figura 8: Objetivos da fase de sensibilização

Objetivos Específicos da Fase 1

1. Divulgar o propósito do processo de elaboração do plano estadual de cultura;
2. Identificar e articular parceiros regionais representativos e instituições estaduais e federais que apoiem o processo;
3. Sensibilizar e comprometer a sociedade política e civil na participação das atividades a partir de oficinas em cada região;
4. Constituir o fórum Estadual de Planejamento da Cultura;
5. Constituir os Fóruns Territoriais de Planejamento da Cultura.

Dica

E então, compreendeu a importância e as etapas da fase de sensibilização? Você pode encontrar um resumo no folder sobre o tema.



3.3 Divulgação do processo de elaboração do plano

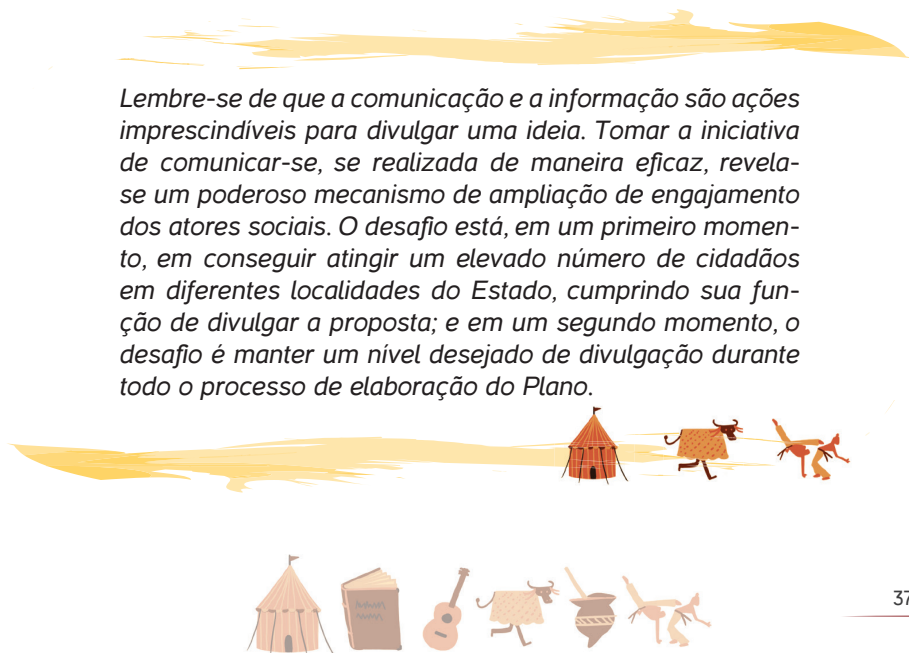
Um momento fundamental para toda a sequência do processo de construção do Plano é a divulgação. Alertar os grupos sociais interessados de que esse processo será realizado e detalhar sua realização é o passo inicial para a construção de um processo participativo. A forma mais simples de se fazer isso é por meio das redes de contato existentes no campo da cultura. Nesse caso, podemos dizer que se trata de um esforço de divulgação **boca a boca**³.

3 Para conhecer a história da expressão “boca a boca”, acesse <<http://www.vitrinepublicitaria.net/opiniao.asp?menucodigo=54>>.

Atualmente, com a expansão do uso da internet, as ferramentas mais utilizadas são as redes sociais. Além delas, podemos também criar um *blog* ou um *site* para a divulgação do processo de planejamento que servirá não apenas para essa etapa, mas como espaço de interação e de divulgação das informações das diferentes etapas.

A imprensa é, evidentemente, um meio poderoso de divulgação, mas frequentemente caro, a menos que transformemos o processo em notícia. Uma forma de fazer isso é programar um evento para o lançamento do processo e a instalação da principal instância de governança: o Fórum Estadual de Planejamento.

Lembre-se de que a comunicação e a informação são ações imprescindíveis para divulgar uma ideia. Tomar a iniciativa de comunicar-se, se realizada de maneira eficaz, revela-se um poderoso mecanismo de ampliação de engajamento dos atores sociais. O desafio está, em um primeiro momento, em conseguir atingir um elevado número de cidadãos em diferentes localidades do Estado, cumprindo sua função de divulgar a proposta; e em um segundo momento, o desafio é manter um nível desejado de divulgação durante todo o processo de elaboração do Plano.



Normalmente, pensamos nos meios mais atuais e sofisticados de divulgação, mas é bom não se esquecer de que o acesso à internet em vários lugares do Brasil ainda é bastante restrito. Assim, pensar nos meios mais tradicionais pode proporcionar um maior alcance. Para isso, um meio frequentemente esquecido é o rádio, que pode, em algumas situações e para alguns objetivos, servir como ferramenta de comunicação em diversas etapas do planejamento que necessitam de divulgação. Como exemplo, apontamos um levantamento dos **meios de comunicação**⁴ que podem ser utilizados como difusores e apoiadores do processo de planejamento. São eles:

- rádio;
- televisão;
- jornais impressos;
- redes sociais virtuais;
- internet;
- palestras;
- seminários;
- oficinas;
- reuniões.

4 Normalmente pensamos na mídia consagrada, mas não se esqueça das rádios comunitárias, dos jornais de bairro, da mídia independente! Eles são veículos importantes e que podem fazer as informações chegarem mais facilmente a determinados grupos da sociedade.

3.3.1 Identificação e articulação de parceiros territoriais representativos e instituições estaduais e federais que apoiem o processo

Elaborar um Plano de Cultura para o Estado, constituído de dezenas ou centenas de municípios e com pluralidade de manifestações culturais requer, necessariamente, que tenhamos um conjunto amplo de atores sociais envolvidos. É devido a esse contexto que surge a necessidade de identificação e de articulação de parceiros, visando justamente ao apoio efetivo e evitando que o Plano Estadual de Cultura seja desenvolvido de maneira isolada.

Dica

É necessário pensar em como identificar os atores e as instituições de cada território, em âmbito estadual e federal, que poderão ser parceiros, apoiadores e incentivadores durante todo o processo.



Podemos iniciar todo o processo criando uma lista constituída de diversos atores e diferentes instituições da sociedade política, como o Poder Judiciário, o Poder Executivo Estadual, os órgãos governamentais da administração estadual, o Poder Legislativo, a Câmara de Vereadores, os parlamentares estaduais e federais com domicílio eleitoral no território, entre outros.

Na sociedade civil, podemos buscar associações, cooperativas e federações diretamente relacionadas com as ações setoriais e temáticas, os produtores culturais, os grupos, os coletivos e os fóruns organizados, além das instâncias colegiadas de participação, como os conselhos gerais ou setoriais existentes nos Estados, entre outros. Mobilizar as instituições de ensino e pesquisa, assim como agências de fomento também é importante para o processo, pois elas podem agregar contribuições valiosas.

Com uma lista de entidades, atores e instituições escolhidas para a sensibilização, podemos partir para a articulação, procurando identificar possíveis parceiros.

Articular é estabelecer acordos e compromissos visando a um bem comum, que, neste caso, é o interesse pelo desenvolvimento de um Plano Estadual de Cultura.



Nesse sentido, é importante ter em mente alguns elementos-chave na construção de parcerias: primeiramente, devemos procurar parceiros que tenham interesse genuíno sobre o tema da cultura. Eles devem compartilhar uma vontade política na construção do Plano. Além disso, é necessário também observar se o possível parceiro está disposto a se dedicar a esse compromisso, estabelecendo uma relação de confiança.



3.3.2 Sensibilizar e comprometer a sociedade política e a civil a participar das atividades a partir de oficinas realizadas em cada região

O interesse aqui é convocar a participação da sociedade durante todo processo, assegurando o maior envolvimento dos atores por meio da definição das formas de apoio para o desenvolvimento dos projetos e das atividades. Para isso, deve-se estabelecer uma agenda inicial de trabalho e definir uma visão compartilhada das decisões, das iniciativas e das ações.

Observe que, aqui tratamos da apresentação da proposta aos atores, às autoridades e aos parceiros, por meio de um amplo movimento, com o intuito de comunicar e de divulgar o processo de planejamento. Desse modo, leva-se os atores sociais a compreender a estratégia proposta e sua metodologia, procurando formar compromissos para a implementação das diversas etapas do desenvolvimento do Plano.

Com isso buscamos conscientizar os atores sobre a relevância da proposta de planejamento e, assim, comprometê-los no apoio ao processo desde a divulgação até a mobilização do Estado para as fases seguintes.

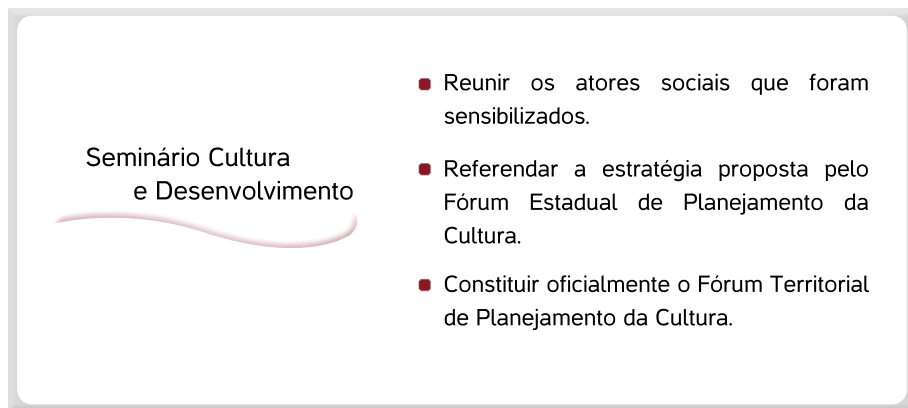
Dica

Observe que esse trabalho pode ser realizado por meio de oficinas de sensibilização, oficinas de mobilização e, por fim, oficinas de capacitação.



O marco de finalização dessa fase de sensibilização pode ser o **Seminário de Cultura e Desenvolvimento**, cujos objetivos principais podem ser vistos na Figura 9.

Figura 9: Objetivos do Seminário de Cultura e Desenvolvimento



Esse seminário tem o papel de consolidar as ações de mobilização, de sensibilização e de preparação para as fases seguintes. Para tanto, o grupo de planejamento estadual pode ser efetivado como o responsável pela coordenação de todas as atividades no âmbito estadual.

3.3.3 Sensibilizar para uma participação de qualidade

É importante considerar, desde a fase de sensibilização, a perspectiva da participação. É necessário zelar para que o processo participativo seja efetivo, dando aos participantes o poder de decisão e evitando que todo o processo se transforme em um “ritual vazio de participação” (ARNSTEIN, 1969). Por isso, é necessário estar atento ao nível de participação que se requer na construção do Plano. Procurar conduzir o processo em níveis altos de participação pode contribuir para a construção de um plano mais legítimo e representativo das necessidades culturais do Estado. O ato político de participar pode ser classificado considerando o nível de poder decisório dos cidadãos que são mobilizados para o processo de planejamento.

Note que alguns autores, como Arnstein (1969), propõem uma classificação, cuja representação gráfica lembra uma escada, na qual cada degrau representa um nível de exercício de poder.



Figura 10: Escadas da participação e níveis de poder



Os oito degraus da escada são uma simplificação, mas ilustram um detalhe que muitas vezes é negligenciado: existem graus diferenciados para a participação do cidadão. A tipificação desses graus permite compreender as demandas cada vez mais fortes de participação dos cidadãos, assim como evidencia as razões que originam as reações daqueles que exercem o poder. (MEDEIROS; BORGES, 2007)

Na perspectiva proposta por esses autores, a qualidade da participação social está diretamente relacionada à capacidade de exercício do poder. Ou seja, um processo efetivamente participativo é aquele em que os atores sociais compartilham as decisões e se corresponsabilizam pelo alcance dos objetivos estipulados.

Não devemos esperar que a construção do plano de cultura no Estado aconteça exatamente no último degrau de participação, pois isso também depende do grau de maturidade de cidadania e da participação da sociedade. Pensamos que o processo de planejamento deve ser realizado no maior nível de participação possível ou que, pelo menos, isso seja um objetivo constante do processo. Nesse aspecto, é importante considerar que o Plano, como pro-

duto, não é necessariamente a maior realização desse processo, mas que a própria construção da participação, do consequente engajamento e do comprometimento dos agentes com as políticas culturais qualifica o processo.

Um pressuposto na elaboração do Plano Estadual de Cultura é o de que ele está sendo elaborado para a população, mas também pela população. Nesse sentido, é necessário criar condições para que o processo seja efetivamente participativo, ou seja, que implique compartilhamento do poder entre os participantes.



3.3.4 O papel do facilitador em processos de desenvolvimento social

Ao facilitador de processos de planejamento no âmbito do setor cultural cabem as tarefas de compreender os sentimentos do grupo com o qual ele trabalha, interpretar esses sentimentos e construir a partir deles. Essa é uma das maneiras de garantir a legitimidade dos processos de intervenção em desenvolvimento territorial e setorial. Uma atitude de profundo compromisso e respeito se manifesta a partir da aceitação do outro como um indivíduo que tem o direito de ser e de pensar diferente do próprio facilitador e de seus pares no grupo.

Dica

Note que, criando um ambiente em que cada um se sinta livre para falar e pensar de forma diferente, o facilitador ajuda o grupo a desenvolver também essa atitude, que é essencial para que o grupo, como ser coletivo, expresse suas vontades e desejos de realizar.



Propiciar que nesse ambiente os distintos atores tenham possibilidade de trazer respostas ainda não acabadas – quase projetos de respostas – contribui para que todos se sintam autores da resposta formulada pelo grupo.

No dicionário, encontramos a definição de facilitador como aquele que quer ou pretende facilitar algo ou alguma coisa. Nessa perspectiva, podemos pensar que um facilitador pode exercer alguns papéis importantes, como:

- ajudar o grupo a perceber e compreender os diferentes elementos que compõem o movimento do grupo;
- estimular o grupo a buscar o autoconhecimento e a abrir-se ao conhecimento externo;
- estabelecer um clima positivo, construído coletivamente pelos laços de confiança em relação ao grupo e a cada pessoa que o compõe;
- estabelecer pontes entre os saberes e as vivências do grupo e os saberes externos;
- prezar pela qualidade das relações interpessoais e pela promoção da confiança mútua entre o profissional e o grupo;
- garantir a coesão do grupo e do processo que está sendo conduzido;
- ajuda o grupo a perceber o fio condutor entre os interesses particulares e os coletivos;
- valorizar as experiências e as vivências dos participantes, facilitando sua reflexão e construindo com eles saberes; e
- articular recursos, apoios e condições que contribuam para qualificar o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

3.3.5 Quem são os facilitadores?

O processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura demandará o envolvimento de um grupo significativo de pessoas designado pelo órgão gestor estadual e pelas organizações parceiras e voluntárias, que assumem o papel de facilitadores das etapas de planejamento.

No âmbito estadual, essas pessoas atuam diretamente na construção do Fórum Estadual de Planejamento da Cultura e na capacitação daqueles que exercerão o papel de facilitador em cada território. Os facilitadores estaduais compõem a equipe inicial, que é definida pelo órgão gestor e indicada pelos parceiros que comporão a governança estadual de planejamento.

Cada Fórum Territorial designa um grupo de cerca dez pessoas, os **facilitadores territoriais**, que constituirão o grupo de planejamento territorial. Esse grupo de pessoas deverá ser capacitado por meio da ação dos facilitadores do Estado e dos mecanismos de formação não presenciais disponibilizados a eles. Além disso, o grupo de facilitadores estaduais atuará como facilitador e sistematizador dos resultados das diversas atividades de planejamento que ocorrerão em cada território.

3.3.6 Onde atuam os facilitadores?

Os facilitadores estaduais e os facilitadores territoriais promovem atividades nas instâncias de planejamento (Fórum Estadual, Fórum Territorial e grupos setoriais) para divulgar o processo, nivelar os conceitos e mobilizar os participantes, visando ao seu envolvimento e ao alcance dos resultados previstos para cada fase do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

